

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL

PROCESSO n. 19.30.1570.0000940/2025-84
PREGÃO ELETRÔNICO - EDITAL n. 90012/2026
UASG n. 925892
Recebimento de propostas: a partir da data da divulgação do aviso no sítio: www.compras.gov.br.
Abertura das propostas: às 10h (Dez horas), do dia 22/05/2026 (horário de Brasília).
Endereço eletrônico onde será realizada a sessão pública: www.compras.gov.br
ESTE CERTAME É EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-ME/EPP

1. LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO n. 90012/2026

1.1. A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, com sede na Quadra 202 Norte, Conj. 01, Av. LO-04, Lt. 5/6, CEP. 77.006-218, Palmas - TO, torna público, para conhecimento dos interessados, que promoverá **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR O SERVIÇO DE ENGENHARIA DE RETROFIT DO QUADRO DE TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA (QTA) DO GRUPO GERADOR DE 80 KVA DO ANEXO I DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS**, na data, horário e endereço eletrônico acima indicados. A licitação será regida pela Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, do ato normativo 016/2023. Este Pregão será conduzido pelo Pregoeiro e respectiva equipe de apoio designados pela portaria n. 1.983/2025, publicada no DOMP/TO n. 2300 de 12 de dezembro de 2025.

1.2. Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

1.2.1. Termo de Referência - Anexo I;

1.2.2. Modelo Declaração a que se refere o art. 4º, XI, IN RFB n. 1.234 (somente para a empresa vencedora) - Anexo II;

1.2.3. Modelo da Proposta de Preços - Anexo III;

1.2.4. Minuta do Contrato - Anexo IV;

2. DO OBJETO

2.1. O objeto do presente pregão consiste na contratação de empresa especializada para realizar o serviço de engenharia de retrofit do Quadro de Transferência Automática (QTA) do grupo gerador de 80 kVA do Anexo I do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme quantitativos e especificações descritos no Termo de Referência - **Anexo I**.

2.1.1. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATMAT/CATSER e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

2.2. É recomendada a leitura integral deste Edital e seus Anexos, uma vez que a sua inobservância, principalmente no que diz respeito à documentação exigida e à apresentação da proposta, poderá acarretar respectivamente a inabilitação e a desclassificação da licitante.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Este certame é exclusivo para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte-ME/EPP, desde que as empresas atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estejam previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e perante o sistema eletrônico provido pelo Governo Federal, por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

3.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao responsável pelo provimento do sistema, junto ao qual também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e operação, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

3.1.2. O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao PGJ/TO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.2. Para fins de enquadramento da licitante como ME/EPP deverá ser observado o disposto neste edital, aplicando-se, no que couber, as disposições do Decreto Federal n. 8.538/2015.

3.3. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, disponibilizadas pelo provedor do sistema, com o qual também poderão se informar a respeito do seu funcionamento e operação, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

3.4. O licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da PGJ/TO por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. Não poderão disputar esta licitação:

3.5.1. A pessoa jurídica que não atender às condições deste edital e seus anexos;

3.5.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.5.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.5.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.5.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impedida de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.5.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n. 6.404/1976, concorrendo entre si;

3.5.7. Agente público do Ministério Público do Estado do Tocantins;

3.5.8. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição (Lei n. 9.790/1999 e Acórdão n. 746/2014-TCU-Plenário).

3.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n. 14.133/2021.

3.6. O impedimento de que trata o item 3.5.4 também será aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

3.7. A vedação de que trata o item 3.5.7. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

4.1. Aplicam-se à presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006, salvo nas hipóteses previstas no §1º do art. 4º da Lei n. 14.133/2021.

4.2. Somente farão jus aos critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006, as licitantes que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006 e do §2º do art. 4º da Lei n. 14.133/2021, devendo declarar tal condição em campo próprio do sistema na oportunidade de cadastramento da proposta.

4.3. A partir da verificação de que trata o subitem anterior, constatado o extrapolamento do limite de enquadramento, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria, com vistas a, eventualmente, demonstrar a adequação de sua declaração de enquadramento como ME/EPP.

4.3.1. Aplica-se o disposto no subitem anterior caso seja constatado, de ofício pelo Pregoeiro ou mediante provocação de terceiro, que a licitante esteja contemplada em uma das hipóteses previstas no §4º do art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006 ou, ainda, tenha celebrado, no ano-calendário de realização da licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como ME/EPP, em atenção ao disposto no §2º do art. 4º da Lei n. 14.133/2021.

5. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

5.1. A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.2. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico o **preço total de cada item** observados o quantitativo e a unidade de fornecimento do objeto a ser contratado, conforme especificações constantes dos anexos deste edital.

5.2.1. Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos, em especial o frete, tributos, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto deste edital.

5.3. Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital.

5.4. O campo 'Descrição Detalhada do Objeto Ofertado' será destinado, a critério da licitante, às informações complementares da proposta, observando-se prazos e condições de execução do objeto definidos no presente ato convocatório.

5.4.1. A omissão dos prazos e condições fixados no subitem anterior implica a aceitação, por parte da licitante proponente, daqueles indicados neste edital.

5.5. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.

5.5.1. Para a efetivação do cadastro da proposta, a licitante deverá observar os campos do sistema eletrônico relativos às declarações de atendimento aos requisitos de habilitação e de conformidade da proposta com as exigências do edital.

5.6. A licitante que se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar n. 123/2006 deverá declarar sua condição em campo próprio do sistema.

5.7. Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta e/ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

5.8. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.

5.9. As propostas terão validade de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

5.9.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

5.10. A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA

6.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

6.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

6.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

6.4. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.5. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

6.6. O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

6.7. O Pregoeiro desclassificará a proposta que identifique o licitante.

6.7.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.7.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.8. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7. DO INÍCIO DA DISPUTA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A fase de lances deste Pregão será processada pelo modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme procedimento estabelecido no art. 24 da Instrução Normativa SEGES/ME n. 73/2022.

7.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.3. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo (menor preço ou maior desconto) e os das ofertas com preços até 10% por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.3.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.4. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a

ordem crescente de valores (menor preço ou maior desconto).

7.4.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.5. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.

7.6. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, ressalvado o disposto no item 7.7.

7.7. Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11 da Lei n. 14.133/2021, o Pregoeiro poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo à competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:

7.7.1. Proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;

7.7.2. Proposta com preços manifestamente inconsistentes ou inexequíveis;

7.8. Serão considerados preços manifestamente inconsistentes ou inexequíveis quando ofertados valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.

7.9. Mediante decisão fundamentada registrada no sistema e acessível a todos, o Pregoeiro apresentará as razões para a prévia desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item 6.7.

7.10. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

7.10.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 7.1 deste Edital.

7.11. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

7.12. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

7.13. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.16. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial, na Receita Federal. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006, regulamentada pelo Decreto n. 8.538/2015.

7.16.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.16.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.16.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte

que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.17. Somente poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.17.1. Havendo empate entre as ofertas, o critério de desempate será o previsto no art. 60 da Lei n. 14.133/2021, nesta ordem:

a) Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

c) Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.18. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.18.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.18.2. Empresas brasileiras;

7.18.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.18.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n. 12.187/2009.

7.19. Em caso de empate entre as propostas classificadas, após a aplicação de todos os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei n. 14.133/2021, será realizado sorteio eletrônico no sistema gov.br/compra, conforme disposto na Instrução Normativa n. 79/2024.

7.19.1. O sorteio será realizado de forma aleatória e pública, sendo a ordem de classificação definida pelo sistema.

7.19.2. A participação no sorteio será obrigatória para todas as propostas empatadas.

7.19.3. O resultado do sorteio será divulgado no sistema gov.br/compra, sendo disponibilizado aos participantes e ao público em geral.

7.19.4. A ata do sorteio conterá a relação das propostas empatadas, a ordem em que foram sorteadas e a data e hora da realização do sorteio.

8. DA NEGOCIAÇÃO

8.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei n. 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

8.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

8.1.2. O Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.1.3. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

8.2. Finalizada a negociação o Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.3. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

9.1. O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

9.1.1. O prazo para envio da proposta é de, no mínimo, 02 (duas) horas a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

9.1.2. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

9.1.3. A proposta de preços deverá conter:

a) Descrição clara e detalhada do produto/serviço ofertado, em conformidade com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência (Anexo 1 do Edital), de forma a viabilizar a análise de sua conformidade, com indicação do fabricante/marca/modelo, de quantidade, prazo de entrega, de garantia e demais características dos produtos/serviços, no que for aplicável.

a.1) O Pregoeiro poderá diligenciar a apresentação de *folders*, prospectos e outros documentos que contenham informações e detalhamentos acerca das especificações técnicas dos produtos/equipamentos ofertados.

b) Número do Pregão Eletrônico, identificação social, número do CNPJ responsável pela execução do objeto, assinatura do representante legal da proponente, número de telefone, endereço, dados bancários, e indicação de endereço eletrônico (e-mail);

c) Indicação do responsável pela assinatura do contrato, se for o caso, com o número da carteira de identidade, CPF, e, caso não seja sócio da empresa, procuração passada em instrumento público ou particular, com poderes para assinatura do instrumento, em nome da proponente;

d) Indicação de preço em real, com indicação do valor total do item, bem como o valor total da proposta, em algarismos e por extenso, calculados com duas casas decimais;

9.1.4. Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

9.1.5. A proposta será desclassificada quando:

a) As especificações do objeto ofertado estiverem em manifesta desconformidade com as exigências estabelecidas no edital;

b) Contiver valores simbólicos, irrisórios ou manifestamente inexequíveis, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie, de forma expressa e motivada, à parcela ou à totalidade de remuneração.

9.1.6. Para fins de análise técnica do objeto ofertado na proposta e sua conformidade às especificações do instrumento convocatório, será colhida manifestação do setor demandante da aquisição/contratação ou da área técnica especializada no objeto.

9.1.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada e implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o disposto no instrumento convocatório, assumindo a licitante o compromisso pela adequada execução do objeto.

9.1.8. Os preços de referência estabelecidos pela Administração no Mapa de Preços devem ser observados pelo licitante, pois serão considerados os preços máximos a serem contratados pelo item e/ou grupo de itens, se for o caso.

9.1.9. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto os resultantes da etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.2. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto ao preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado constante no Termo de Referência (Anexo I).

9.2.1. O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

9.2.2. Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências para a sua correção e/ou

saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei n. 14.133/2021.

9.3. Se houver indícios de inexecutabilidade relativa da proposta, o Pregoeiro deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta aplicando-se, no que couber, o art. 34 da Instrução Normativa SEGES/ME n. 73/2022.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

10.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica:

10.3. Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo território nacional, para pessoas físicas.

10.4. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e, em se tratando de sociedades civis, inscrição do ato constitutivo acompanhada de prova da diretoria em exercício.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.7. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

10.8. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto.

10.9. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.10. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

10.11. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.

10.12. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estadual ou municipal relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.13. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Técnica:

10.14. Qualificação Técnico-Profissional:

10.14.1. Quanto à Capacitação Técnico-Profissional: A licitante deverá comprovar que possui em seu corpo técnico, na data de abertura das propostas, profissional(is) de nível superior, (engenheiro eletricista), devidamente registrado(s) no CREA, detentor de atestado(s) de capacidade técnica registrado(s) no Conselho competente e acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), que comprove(m) a execução de serviços semelhantes aos serviços a serem contratados.

10.14.2. A comprovação da capacidade técnico-profissional do(s) engenheiro(s) indicado(s) será realizada mediante a apresentação de atestados que demonstrem a execução de contratos, sob a responsabilidade do profissional, com as seguintes características mínimas:

a) Execução de projeto, montagem e/ou instalação de Quadro de Transferência Automática (QTA) para grupo gerador com potência igual ou superior a 60 kVA;

10.14.3. Será admitido, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

10.14.4. A comprovação de vínculo profissional poderá se dar com a apresentação de cópia da carteira de

trabalho (CTPS) em que conste o licitante como contratante, do contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio, do contrato de trabalho ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

10.14.5. No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional, como comprovação de qualificação técnica, ambos serão inabilitados.

10.14.5.1. O nome do responsável técnico indicado deverá constar das certidões de acervo técnico apresentadas para qualificação técnica do licitante.

10.14.5.2. Justificativa para a exigência da qualificação técnica-profissional

10.14.5.2.1. Considerando a criticidade do sistema e a necessidade de garantir a segurança quanto à execução dos serviços, é essencial a exigência de qualificação do responsável técnico pelos serviços de retrofit do QTA.

10.14.5.2.2. Para a supervisão, coordenação e administração de cada etapa dos serviços que irão ser desenvolvidos no decorrer da execução do retrofit, é imprescindível que o profissional que esteja responsável por esses serviços tenha o pleno conhecimento técnico e, principalmente, experiência de desenvolvimento das atividades para garantir a qualidade, eficiência e segurança, assegurando o bom emprego do erário sem desperdício ou prejuízos à Administração Pública.

10.14.5.2.3. Um profissional com experiência terá capacidade para resolver problemas em tempo hábil, contornar questões de logística, especificação adequada de componentes, programação correta do controlador e integração com o sistema existente, reduzindo os riscos e os custos no cumprimento do contrato.

10.14.5.2.4. A exigência de experiência específica em QTA para grupos geradores justifica-se pela natureza crítica da aplicação, onde falhas podem resultar em perda de dados institucionais e comprometimento de investigações em andamento.

10.15. Qualificação Técnico-operacional:

10.15.1. Para fins de comprovação da qualificação técnica-operacional, as licitantes deverão apresentar:

a) Registro ou inscrição na entidade profissional competente e a Certidão de Registro Profissional do responsável técnico indicado, ambos expedidos pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) dentro de seu prazo de validade, sendo essencial que tal registro tenha sua legitimidade confirmada.

b) Atestado(s) de Capacidade Técnico-Operacional, que comprove(m) que a licitante tenha executado, para órgão ou entidade da administração pública ou para empresa privada, serviços de características técnicas similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação.

10.15.2. Como requisito de veracidade dos **atestados**, os mesmos **deverão estar acompanhados dos seguintes documentos: CAT com Registro do Atestado, ou Atestado de Capacidade Técnica acompanhado de Contrato de Prestação de Serviço e ART/RRT do profissional técnico responsável pelo referido serviço contratado.**

10.15.3. Os atestados de capacidade técnico-operacional deverão demonstrar experiência na execução de contratos com as seguintes características mínimas:

I) Execução de projeto, montagem e/ou instalação de Quadro de Transferência Automática (QTA) para grupo gerador com potência igual ou superior a 60 kVA;

10.15.4. Será admitido, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

10.15.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor e deverá conter a identificação da emitente e estar assinado por pessoa devidamente identificada, hábil a responder em nome da emitente.

10.15.6. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10.15.7. Justificativa para a exigência da qualificação técnica-operacional

10.15.7.1. A exigência de atestado de capacidade técnico-operacional justifica-se pela complexidade e criticidade do serviço a ser executado. O retrofit de um QTA não é uma simples substituição de componentes, mas sim uma intervenção que exige conhecimento, especialização em sistemas de emergência, proteção elétrica, automação e normas de segurança.

10.15.7.2. A comprovação de experiência anterior em serviços similares garante que a empresa licitante possui:

- a) Conhecimento prático das peculiaridades de sistemas de transferência automática;
- b) Capacidade de integração entre componentes de diferentes tecnologias;
- c) Experiência em comissionamento e testes de aceitação;
- d) Familiaridade com as normas técnicas aplicáveis (ABNT NBR e NR);
- e) Capacidade de elaborar projetos executivos adequados;
- f) Conhecimento sobre programação de controladores microprocessados;
- g) Experiência em treinamento de equipes de operação e manutenção.
- h) A definição do limite mínimo de 60 kVA assegura que a empresa tenha experiência com sistemas de porte compatível, sem restringir excessivamente a competitividade do certame, atendendo ao princípio da razoabilidade estabelecido no art. 67, §2º da Lei 14.133/2021.

11. DO RECURSO

11.1. Qualquer licitante poderá, no prazo de até 10 (dez) minutos após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

11.1.1. O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br.

11.1.2. Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do item 11.1 deverá apresentar, em momento único, as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis.

11.1.3. Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais de que trata o item 11.1.2.

11.2. Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

11.2.1. Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

11.2.2. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente. Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias. (art. 168 da Lei n. 14.133/2021).

11.3. O Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados à autoridade superior para julgamento do recurso, observados os prazos previstos no §2º do art. 165 da Lei n. 14.133/2021.

11.4. O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12. DA ASSINATURA ELETRÔNICA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e/ou CONTRATO

12.1. O licitante vencedor será convocado para assinar eletronicamente a ata de registro de preços e/ou contrato dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação.

12.2. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar eletronicamente o instrumento contratual no prazo estabelecido no item 12.1 caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e a sujeitará à multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo das demais sanções previstas em lei.

12.2.1. O prazo para assinatura eletrônica estabelecido no item 12.1 poderá ser prorrogado uma única vez,

por igual período, mediante solicitação justificada do fornecedor, apresentada tempestivamente dentro do prazo inicial de assinatura e aceita pela Administração.

12.2.2. A assinatura da ata de registro de preços e/ou contrato será realizada exclusivamente por meio eletrônico, utilizando-se o Sistema Eletrônico de Informações – SEI. O licitante vencedor deverá providenciar seu cadastro como usuário externo no SEI, caso ainda não o possua, para viabilizar a assinatura eletrônica.

12.2.3. Caso a licitante vencedora convocada não assine eletronicamente da ata de registro de preços e/ou contrato no prazo estabelecido no item 12.1, é facultado à Administração, por intermédio do Pregoeiro, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, observando-se o disposto nos §§2º e 4º do art. 90 da Lei n. 14.133/2021.

12.3. Por ocasião da assinatura eletrônica da ata de registro de preços e/ou contrato, a Administração verificará, por meio do SICAF e de outros meios, se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação e se atende ao disposto nos §§ 2º e 4º do art. 91 da Lei n. 14.133/2021.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei n. 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por meio eletrônico, pelo e-mail cpl@mpto.mp.br.

13.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no sítio eletrônico do MPTO, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DO VALOR ESTIMADO E CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 - A despesa estimada para a execução do objeto desta licitação será no valor de **R\$ 10.123,33 (Dez mil, cento e vinte e três Reais e trinta e três centavos)**, e será consignado no seguinte detalhamento orçamentário:

Unidade Gestora: 070100 - Procuradoria-Geral de Justiça.

Ação: 03.091.1170.1082 - Adequação Física e Mobiliária das Unidades do Ministério Público.

Natureza da Despesa: 3.3.90.39- Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte: 500 - Recursos Não Vinculados de Impostos.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da PGJ/TO, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a PGJ/TO não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-

se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na PGJ/TO.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. O Edital e seus anexos estarão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no endereço eletrônico [https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1].

15.10. As sanções administrativas, regime de execução, obrigações das partes, fiscalização e gestão e critérios de pagamento estão dispostos no Termo de Referência.

Palmas-TO, 06 de maio de 2026.

Ricardo Azevedo Rocha

Pregoeiro

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. O presente documento tem por objeto a contratação de empresa especializada para realizar o serviço de engenharia de retrofit do Quadro de Transferência Automática (QTA) do grupo gerador de 80 kVA do Anexo I do Ministério Público do Estado do Tocantins, incluindo projeto executivo, fornecimento de materiais, montagem, instalação, comissionamento e treinamento, mediante regime de execução por empreitada por preço global, com critério de julgamento de menor preço, em conformidade com este Termo de Referência e seus anexos.

1.2. Especificação Detalhada do Objeto

Item	Descrição completa do objeto	Quant.	Un.	Grupo/Classe Catser/Catmat	Item Catser/Catmat	Valor total (R\$)
1	Contratação de empresa especializada para realizar o serviço de engenharia de retrofit do QTA, mediante a presença das características mínimas e especificações contidas nos itens 4 e 5, incluindo, em resumo, os seguintes serviços: projeto executivo, controlador microprocessado, fornecimento de peças e materiais, montagem, instalação, comissionamento e treinamento.	01	un	871- serviços de Manutenção e reparo de produtos Fabricados de metal, maquinaria e equipamentos	2356 - Manutenção de Grupos Diesel Gerador de Emergência	R\$ 10.123,33

1.2.1. São partes integrantes deste Termo de Referência os seguintes elementos técnicos:

1.2.1.1. Especificações Técnicas Mínimas do QTA;

1.2.1.2. Especificações do Controlador Microprocessado (USCA);

1.2.1.3. Protocolo de Comissionamento e Testes de Aceitação.

1.2.2. O local de execução dos serviços está localizado no endereço: 202 Norte, Rua NE 13, Conjunto 02, Lote 04 Anexo I do MPTO - Palmas-TO.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Federal n. 10.818/2021, adotado no âmbito do MPTO pelo Ato PGJ n. 036/2022.

1.4. O objeto da presente contratação enquadra-se no conceito de serviço comum de engenharia, conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar e em consonância com o artigo 6º, inciso XXI, alínea 'a', da Lei nº 14.133/2021. Essa classificação decorre do fato de o serviço ser constituído por padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, mediante especificações usuais de mercado, não demandando soluções de engenharia complexas ou inovações tecnológicas. Em decorrência desta classificação, o procedimento licitatório será realizado na modalidade pregão eletrônico.

1.5. O prazo de execução dos serviços será de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.

1.6. O prazo de vigência do contrato será de 06 (seis) meses, contados a partir da publicação do instrumento no PNCP, podendo ser prorrogado nos termos do art 111 da Lei 14.133/2021.

1.6.1. A divulgação da contratação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos, deverá ocorrer em até 20 (vinte) dias úteis, contados da data de sua assinatura, conforme inciso I, do art. 94 da Lei 14.133/2021.

1.7. Em caso de futuro reajustamento contratual, será adotado o Índice Nacional de Custo da Construção do Mercado (INCC-DI) mantido pela Fundação Getúlio Vargas - FVG, como índice de reajuste, ou outro índice que venha a substituí-lo.

1.8. O Catálogo de Serviços (Catser) e de Materiais (Catmat) possui limitações e suas descrições nem sempre atendem às especificidades das aquisições do MPTO. Caso haja divergência entre as especificações do Catser/Catmat e do TR, prevalecerão as especificações que constam deste último.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Ministério Público do Estado do Tocantins (MPTO) mantém, em seu Anexo I, unidades de altíssima relevância estratégica e operacional, cuja continuidade das atividades é vital para a missão institucional. Estas unidades dependem, de forma absoluta, de um fornecimento de energia elétrica ininterrupto e de alta qualidade para a execução de suas funções essenciais.

2.2. As operações conduzidas por estas unidades envolvem atividades de inteligência e investigação que não admitem paralisação. Entre elas, destaca-se o monitoramento contínuo de interceptações telefônicas, realizadas por meio do sistema "Guardião". A interrupção do fornecimento de energia a este sistema, mesmo que momentânea, pode acarretar a perda de dados cruciais para investigações em andamento, comprometendo o trabalho de meses e o sucesso de operações contra o crime organizado.

2.3. Adicionalmente, toda a infraestrutura de servidores, armazenamento de dados (storages) e equipamentos de comunicação que suportam estas e outras atividades finalísticas do MPTO está alocada nesta edificação. Portanto, qualquer falha no suprimento elétrico representa uma ameaça direta à segurança institucional e à capacidade do órgão de cumprir suas prerrogativas constitucionais.

2.4. A infraestrutura de TI do MPTO é protegida por Sistemas de Alimentação Ininterrupta (UPS/nobreaks) de autonomia limitada, projetados apenas para cobrir o intervalo de tempo entre a falha da rede e a plena operação do grupo motor-gerador (GMG) de 80 kVA (ano 2005). A eficácia de todo o sistema de contingência depende, contudo, do Quadro de Transferência Automática (QTA) STEMAC ST 2030, que possui a mesma data de fabricação.

2.5. A obsolescência dos componentes eletromecânicos deste QTA introduz um risco crítico de falha: se ele falhar em detectar a anomalia, comandar a partida do motor ou transferir a carga, a autonomia dos nobreaks se esgotará em minutos, levando a um "Desligamento Abrupto" (Hard Shutdown) de todos os servidores e equipamentos de rede.

2.6. As consequências diretas deste desligamento não controlado são graves e multifacetadas, incluindo:

2.6.1. Risco elevado de corrupção de bancos de dados;

2.6.2. Perda permanente de informações;

2.6.3. Perda irre recuperável de dados voláteis (em RAM);

2.6.1. Danos físicos a componentes eletrônicos sensíveis (HDs, SSDs, fontes);

2.6.4. Custos elevados de reparo;

2.6.5. Longos períodos de indisponibilidade.

2.7. O MPTO possui um contrato de manutenção vigente CONTRATO N. 087/2024 que contempla serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva para o grupo gerador. No entanto, o escopo deste contrato é, por sua natureza, tático e reativo, focado em manter o equipamento em suas condições operacionais originais, não contemplando retrofit ou modernização tecnológica.

2.8. A necessidade desta nova contratação surge precisamente porque o QTA atingiu um estado de obsolescência tecnológica em que a manutenção rotineira já não é mais suficiente para garantir a confiabilidade exigida pelas cargas críticas que ele protege. Componentes como relés temporizadores analógicos e contadores com décadas de uso não podem ser meramente "mantidos"; eles representam um ponto único de falha cujo risco de avaria aumenta exponencialmente com o tempo.

2.9. Portanto, esta contratação não representa uma duplicidade de objetos com o contrato de manutenção. Pelo contrário, ela é um investimento estratégico e pontual, destinado a elevar a infraestrutura de energia de emergência a um novo patamar de confiabilidade, segurança e gerenciabilidade, tratando de uma lacuna tecnológica que o contrato de manutenção não foi projetado para cobrir.

2.10. O termo de referência, elaborado pelo Departamento de Obras e Manutenção Predial (DEOMP) em conjunto com a Assessoria Técnica desta PGJ/TO, apresenta o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o serviço pretendido, objeto da licitação, que assegurem a viabilidade técnica e que possibilitem a avaliação do custo pela Administração e pelos licitantes.

3. ALINHAMENTO À ESTRATÉGIA

3.1. Aos Objetivos Estratégicos do PEI-MPTO-2020-2029:

3.1.1. A presente contratação alinha-se ao seguinte objetivo estratégico do Planejamento Estratégico do Ministério Público do Estado do Tocantins (PEI-MPTO-2020-2029), nos termos da Resolução CPJ n. 006, de 5 de agosto de 2020:

a) Melhorar os resultados da atuação finalística promovendo infraestrutura adequada.

3.2. Previsão no PCA

3.2.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) 2025/2026, conforme detalhamento a seguir:

Identificador da Futura Contratação (PNCP)	N. DFD	Grupo/Item Catser	Descrição da Necessidade	Data Conclusão da Fase Externa da Contratação	Valor Total Estimado
925892-268/2026	29/2026	2356- Manutenção de Grupos Diesel Gerador de Emergência	Serviços de retrofit do quadro de transferência automática (QTA) do Anexo 1	15/05/2026	R\$ 10.123,33

3.3. Alinhamento com o Plano de Logística Sustentável (PLS)

3.3.1. O Plano de Logística Sustentável ainda não foi estabelecido pelo Órgão. Subsidiariamente, serão adotados os critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos na Instrução Normativa da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (IN SLTI-MPGO) n. 01/2010, em obediência ao que determina o art. 144, da Lei n. 14.133/21.

3.3.2. Assim, deverão ser observados, sempre que aplicável, requisitos ambientais, tais como: a) A adoção pela empresa contratada de práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, conforme previsto em lei; b) O compromisso com o meio ambiente e o respeito à legislação ambiental pelos

fabricantes dos itens objetos da aquisição; c) Observância à Lei Federal n. 12.305/2010 para a destinação ambiental adequada dos resíduos sólidos gerados pela troca dos equipamentos.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. Descrição da Solução:

4.1.1. Conforme fundamentado no Estudo Técnico Preliminar (ETP), a solução escolhida consiste na contratação de empresa especializada para realizar o serviço de engenharia de retrofit do Quadro de Transferência Automática (QTA), incluindo projeto, fornecimento de materiais, montagem, instalação, comissionamento e treinamento.

4.1.2. A solução escolhida consiste em um serviço de engenharia completo, na modalidade "turn-key" (chave na mão), para o retrofit do Quadro de Transferência Automática (QTA) do grupo gerador de 80 kVA. O escopo da contratada abrangerá todas as etapas necessárias para entregar o sistema em pleno funcionamento, incluindo, mas não se limitando a:

a) Elaboração de Projeto Executivo: Desenvolvimento de todos os diagramas elétricos (unifilar, trifilar, funcional e de interligação), layout do painel, lista de materiais e memorial descritivo;

b) Responsabilidade Técnica: Emissão e recolhimento de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), referente ao projeto e à execução dos serviços;

c) Fornecimento Integral: Aquisição e fornecimento de todos os materiais, componentes e equipamentos necessários para o retrofit completo do QTA, conforme as especificações mínimas deste TR, Edital e seus Anexos;

d) Montagem e Testes: Montagem completa da controladora do QTA, seguida pela realização de Testes de Aceitação em Fábrica (TAF) para verificação da montagem e da lógica de controle;

e) Desmobilização e Descarte: Proceder à desconexão, remoção e segregação da controladora e demais componentes (sensores, relé, conectores, fiação, transformadores de corrente e etc), garantindo o acondicionamento adequado dos materiais e o descarte final de todos os resíduos gerados de forma ambientalmente correta, em conformidade com a Lei n.º 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e demais normas ambientais aplicáveis;

f) Instalação e Comissionamento: Instalação da nova controladora e demais componentes (sensores, relé, conectores, fiação, transformadores de corrente e etc), incluindo a interligação de todos os cabos de força e comando ao grupo gerador e ao quadro de distribuição geral, seguida do comissionamento completo do sistema para verificação de desempenho e funcionalidade;

g) Testes em Campo: Realização dos Testes de Aceitação em Campo (TAC), incluindo simulação de falha de rede, testes funcionais de todas as proteções e verificação da comunicação remota;

h) Treinamento: Capacitação da equipe de operação e manutenção do MPTO para operar o novo painel, interpretar seus alarmes e extrair informações do controlador;

i) Documentação Final: Entrega da documentação técnica completa no formato "as-built" (como construído), incluindo todos os diagramas atualizados e os manuais dos equipamentos.

4.2. Especificações Técnicas Mínimas:

4.2.1. Especificações Técnicas Mínimas do Quadro de Transferência Automática (QTA)

4.2.1.1. Componentes de Potência: A comutação entre a rede e o gerador deverá ser realizada por um conjunto de dois contadores de potência tripolar ou dois disjuntores motorizados. O sistema deverá possuir, obrigatoriamente, intertravamento mecânico e elétrico entre os dois dispositivos de manobra, para impedir o fechamento simultâneo de ambas as fontes de alimentação.

4.2.2. Especificações do Controlador Microprocessado (USCA):

O controlador (Unidade de Supervisão de Corrente Alternada - USCA) deverá ser de um fabricante com notório conhecimento e presença no mercado, e atender, no mínimo, às seguintes especificações funcionais:

- 1) Monitoramento: Medição em valor eficaz verdadeiro (True RMS) e exibição na IHM dos seguintes parâmetros, tanto para a fonte da concessionária quanto para o grupo gerador: tensão entre fases, tensão fase-neutro, corrente por fase, frequência, potência ativa (kW), potência reativa (kVAr), potência aparente (kVA) e fator de potência.
- 2) Proteções: O controlador deverá possuir, no mínimo, as seguintes funções de proteção eletromecânicas: alta temperatura, baixa pressão de óleo lubrificante, sobrevelocidade, baixo nível de combustível, subtensão, sobretensão, subfrequência, sobrefrequência, sobrecarga e sobrecorrente
- 3) Medições de grandezas elétricas: V, hz, i, kw, kva, kvar, fp, Kwh, kvah, kvarh (acumulados).
- 4) Registro de alarmes e eventos: Memória interna não volátil com capacidade para armazenar, no mínimo, 50 eventos com registro de data e hora (*timestamp*). O log deve incluir todos os alarmes e eventos.
- 5) Comunicação: Deverá possuir, no mínimo, uma porta de comunicação. Será considerado um diferencial técnico a oferta de uma porta Ethernet com suporte ao protocolo Modbus TCP, para facilitar a integração à rede de dados do MPTO.
- 6) Dispositivos Auxiliares: O painel deverá ser equipado com um carregador de bateria do tipo flutuador, com corrente de saída compatível com a bateria do gerador, para manter a bateria de partida sempre em plena carga. Deverá possuir também botões de comando externos (seletora Manual/Automático/Desligado, partida, parada) e sinalização luminosa (LEDs) para indicar o status do sistema (Rede Disponível, Rede em Carga, Gerador Disponível, Gerador em Carga, Falha). Todos os circuitos de comando devem ser protegidos por disjuntores termomagnéticos individuais.

4.3. Do Comissionamento e Testes de Aceitação

4.3.1. A contratada deverá executar um protocolo de testes obrigatório, sob a supervisão do fiscal do contrato, que deverá incluir, no mínimo:

- 4.3.1.1. Testes de funcionamento em modo manual e automático;
- 4.3.1.2. Simulação de falha de rede;
- 4.3.1.3. Verificação de todos os temporizadores;
- 4.3.1.4. Teste de acionamento de todas as proteções elétricas e do motor;
- 4.3.1.5. Validação da comunicação de dados pela interface remota;
- 4.3.1.6. Verificação do carregamento das baterias;
- 4.3.1.7. Medição das grandezas elétricas e comparação com valores esperados.

4.3.2. A aprovação no comissionamento é condição para o recebimento definitivo do serviço.

4.4. Do Treinamento

4.4.1. A contratada deverá oferecer treinamento prático para servidores do MPTO abordando:

- 4.4.1.1. Os princípios de funcionamento do sistema;
- 4.4.1.2. As operações de interface homem-máquina;
- 4.4.1.3. Interpretação de alarmes e eventos;
- 4.4.1.4. Procedimentos de operação manual;
- 4.4.1.4. Configuração de parâmetros básicos;
- 4.4.1.5. Extração de relatórios e históricos;
- 4.4.1.6. Procedimentos de segurança e manutenção básica com a inspeção visual e limpeza de contatos.

4.4.2. O treinamento deverá ser realizado no local de instalação do equipamento, com carga horária mínima de 2 (duas) horas.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Requisitos Internos:

5.1.1. A contratação envolve o fornecimento de equipamento e mão de obra especializada. A contratada será integralmente responsável pela execução dos serviços abaixo descritos, incluindo todos os materiais, mão de obra, ferramentas, EPIs e instrumentos necessários. Será de inteira, única e exclusiva responsabilidade da contratada:

5.1.1.1. Intervenções no Sistema Existente

5.1.1.1.1. Desconexão e retirada dos conectores da controladora atual;

5.1.1.1.2. Avaliação técnica completa das ligações do sistema de aterramento, incluindo: inspeção da integridade dos condutores e medições do potencial entre terra e neutro.

5.1.1.1.3. Avaliação do funcionamento do retificador, com substituição caso seja constatada falha ou inadequação;

5.1.1.1.4. Verificação da alimentação VCC e troca, se necessário;

5.1.1.1.5. Remoção obrigatória do módulo controlador antigo;

5.1.1.1.6. Adequação da furação da porta do painel para instalação do novo controlador;

5.1.1.1.7. Adaptação do chicote de conexão do controlador anterior para compatibilidade com o novo modelo;

5.1.1.1.8. Adequações no módulo auxiliar de bateria;

5.1.1.1.9. Adequação da lógica de funcionamento do botão de emergência;

5.1.1.1.10. Retirada de fiação desnecessária do chicote da USCA (quando aplicável).

5.1.1.2. Instalação do Novo Controlador

5.1.1.2.1. Instalação mecânica do novo módulo controlador;

5.1.1.2.2. Interligação de cabos de força e comando aos circuitos do grupo gerador e ao QTA;

5.1.1.2.3. Parametrização completa do controlador conforme projeto executivo;

5.1.1.2.4. Comissionamento do sistema, incluindo: testes dos comandos do controlador sobre o motor; testes de funcionamento das chaves de transferência; teste de partida automática por relógio (timer); testes das entradas e saídas digitais e analógicas; testes sob carga real de operação.

5.1.1.3. Fornecimento de Materiais e Componentes

5.1.1.3.1. A contratada deverá fornecer todos os materiais necessários para a plena execução dos serviços, observando rigorosamente as especificações técnicas do projeto executivo. Entre os itens previstos, incluem-se, mas não se limitam a:

5.1.1.3.2. Componentes elétricos e eletrônicos, quando aplicável;

5.1.1.3.3. Módulo controlador principal;

5.1.1.3.4. Contatores e disjuntores, quando aplicável;

5.1.1.3.5. Barramentos e conectores, quando aplicável;

5.1.1.3.6. Cabos elétricos, cabos de comando e terminais, quando aplicável;

5.1.1.3.7. Dispositivos de proteção e seccionamento, quando aplicável;

5.1.1.3.8. Relés, sensores e interfaces, quando aplicável;

5.1.1.3.9. Materiais complementares previstos no projeto executivo;

5.1.1.3.10. Todos os materiais fornecidos deverão ser de primeira linha, atender às normas técnicas aplicáveis (ABNT/IEC) e possuir certificação e compatibilidade com o sistema existente e com o novo controlador a ser instalado.

5.1.2. A contratada deverá disponibilizar um engenheiro eletricista para o acompanhamento e supervisão da execução dos serviços;

5.1.3. A contratada deverá realizar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da execução dos serviços;

5.1.4. O serviço terá garantia pela contratada;

5.1.5. A empresa será responsável pela realização dos serviços, bem como no fornecimento, instalação, substituição e reposição de peças, materiais, equipamentos, instrumentos e outros insumos que se fizerem necessários;

5.1.6. Os serviços deverão ser executados por técnicos qualificados, em horário comercial e em dias úteis, desde que não acarretem riscos ao funcionamento e à segurança da Contratante e deverão ser prestados com a utilização de ferramentas apropriadas, e a instalação de materiais deve ocorrer de acordo com as recomendações do fabricante e normas técnicas vigentes, de modo a garantir a conservação e o perfeito acabamento dos mesmos;

5.1.7. A Contratada deverá prestar assistência técnica aos equipamentos e serviços pelo prazo de 12 meses, com suporte iniciado em até 4 (quatro) horas após a abertura do chamado (via ticket ou telefone) e, caso a falha não seja sanada remotamente, deverá garantir a presença de técnico qualificado no local (Anexo I do MPTO) em até 24 (vinte e quatro) horas úteis, independentemente da localização de sua sede, sob pena de aplicação das sanções contratuais cabíveis.

5.1.8. Durante a vigência do contrato, a execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor designado para este fim;

5.1.9. A Contratada deverá reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, as peças dos equipamentos em que se verifiquem vícios ou defeitos resultantes da execução dos serviços;

5.1.10. Durante a realização dos serviços, o gestor do contrato poderá solicitar a substituição dos equipamentos, ferramentas ou produtos usados pela Contratada, se estes forem prejudiciais ao ambiente da sede do Anexo I;

5.1.11. As decisões e providências que ultrapassem a competência do gestor deverão ser por ele submetidas à Autoridade Superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes;

5.1.12. A Contratada deverá manter contato permanente com o gestor do contrato, que exercerá fiscalização permanente sobre os serviços, objetivando manter elevado padrão de qualidade dos materiais e serviços executados;

5.1.13. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta;

5.1.14. A contratada deverá executar o isolamento, a sinalização e a proteção dos locais de execução dos serviços;

5.1.15. O prazo estimado para a conclusão dos serviços contratados, contados da emissão da Ordem de Serviço, será de 30 (trinta) dias corridos;

5.1.16. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação do instrumento no PNCP, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei n. 14.133/2021.

5.2. Requisitos de Sustentabilidade:

5.2.1. A contratada deverá atender aos requisitos de sustentabilidade previstos na Resolução n. 307/2002 do CONAMA e suas alterações posteriores, e a implementação de critérios, práticas e ações de logística sustentável no âmbito da Administração Pública, devendo ser observados os requisitos ambientais com menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

5.2.2. Conforme o dispositivo da Instrução Normativa n. 01, de 19 de janeiro de 2010, para aceitação da proposta a empresa deverá prever adoção das seguintes práticas de sustentabilidade no fornecimento do material e execução dos serviços, quando couber:

I. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2;

II. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (INMETRO) como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III. Que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

IV. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima do recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb),

cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil polibromados (PBDEs).

5.2.3. A Contratada é responsável por efetuar a coleta e o descarte das peças, acessórios, materiais e insumos, seus resíduos e embalagens oriundos da contratação de acordo com a Lei Federal n. 12.305/2010 e ABNT NBR 10004.

5.2.4. A empresa deve possuir gestão de resíduos consistente, com vistas a minimizar eventual volume de lixo a ser descartado.

5.3. Garantia da Contratação

5.3.1. Em observância à prerrogativa do art. 96, *caput*, da Lei n.º 14.133/2021, a Administração opta pela não exigência de garantia de execução contratual para o presente objeto. Tal decisão fundamenta-se no fato de a contratação caracterizar-se como serviço comum de engenharia por escopo, com entrega única e bem definida, o que não configura obra ou serviço de grande vulto (art. 6º, inciso XXII). Entende-se que, dada a baixa complexidade do modelo de entrega, a imposição de garantia financeira se mostra desnecessária para o caso concreto.

5.3.1.1. A proteção ao erário e a neutralização de riscos de inadimplemento são asseguradas por uma estrutura de controle baseada em três pilares fundamentais. Primeiramente, adota-se a sistemática de pagamento condicionado, em que a quitação financeira ocorre exclusivamente após o pleno comissionamento, treinamento e aceite definitivo de todo o sistema, garantindo que o desembolso só ocorra mediante a entrega total do escopo. Adicionalmente, o certame impõe critérios rigorosos de qualificação técnica para assegurar a capacidade operativa da contratada, somados a uma garantia técnica de fábrica para componentes e 12 meses de garantia para os serviços de instalação, o que confere segurança jurídica e funcional ao objeto independentemente de caução pecuniária.

5.3.1.2. Conclui-se, portanto, que diante do baixo risco residual e da natureza não contínua da prestação, a exigência de garantia de execução configuraria um ônus desproporcional ao fornecedor. Tal medida, se aplicada, teria o potencial de restringir indevidamente a competitividade e elevar o custo final das propostas devido aos encargos financeiros de mercado, sem que isso representasse um ganho efetivo de segurança para o MPTO. Assim, a dispensa da garantia financeira alinha-se aos princípios da razoabilidade e da seleção da proposta mais vantajosa, mantendo a integridade administrativa da contratação.

5.4. Requisitos de Garantia dos Serviços e Equipamentos

5.4.1. A empresa contratada deverá oferecer uma garantia global mínima de 12 (doze) meses para todos os componentes, materiais e serviços prestados, a contar da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

5.4.2. Durante o período de garantia, a contratada deverá:

a) Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, as peças dos equipamentos em que se verifiquem vícios ou defeitos resultantes da execução dos serviços;

b) Realizar manutenções corretivas sem ônus para a contratante;

c) Substituir componentes defeituosos por outros novos, de igual ou superior qualidade.

5.4.3. A garantia deverá cobrir:

5.4.3.1. Todos componentes elétricos e eletrônicos, quando fornecidos;

5.4.3.2. O controlador microprocessado;

5.4.3.3. Os dispositivos de manobra (contatores ou disjuntores), quando fornecidos;

5.4.3.4. Todos os serviços executados (montagem, instalação, programação);

5.4.3.5. Defeitos de fabricação e instalação;

5.4.3.6. Falhas de funcionamento do sistema como um todo.

5.4.4. Justificativa para exigência da Garantia:

A exigência de garantia global de 12 (doze) meses fundamenta-se na necessidade de assegurar a confiabilidade e a continuidade operacional do sistema em um período representativo, permitindo a identificação e correção de eventuais patologias ou falhas que não se manifestam de imediato após a instalação. Este prazo, que se alinha aos padrões de mercado para equipamentos elétricos e sistemas de automação, mostra-se tecnicamente eficiente para contemplar um ciclo completo de operações, múltiplos testes de acionamento automático, bem como as variações sazonais de carga e temperatura que impactam o desempenho do conjunto. Além de proteger o investimento público, tal medida transfere à contratada o risco por falhas prematuras, funcionando como um mecanismo indutor de qualidade tanto na seleção dos componentes eletromecânicos quanto na execução técnica dos serviços de retrofit."

5.5. Da Vistoria

5.5.1. As empresas interessadas em participar do certame poderão proceder à vistoria do imóvel, in loco, e deverão analisar o Edital e seus anexos, de modo a não incorrerem em omissões que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços.

a) Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá agendar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor do DEOMP designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9:00 horas às 11:00 horas, e das 14:00 horas às 17:00 horas;

b) O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública;

c) Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil, ou cédula de identidade profissional emitida pelo CREA, e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria;

d) A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes;

e) A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, e deverão analisar o Edital e seus anexos, de modo a não incorrerem em omissões que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços.

5.6. Subcontratação:

5.6.1. É vedada a subcontratação dos serviços.

5.6.2. Justificativa para a vedação da subcontratação:

5.6.2.1. A subcontratação, parcial ou total, é vedada neste certame, com fundamento no art. 122, § 1º, da Lei n.º 14.133/2021. Tendo em vista que a contratação envolve serviço especializado de alta complexidade técnica, exigindo responsabilidade técnica unificada, além de o objeto ser indivisível por sua natureza, constituindo uma solução integrada ("turn-key") onde a performance global depende da perfeita integração entre projeto, fornecimento, montagem, instalação e comissionamento.

5.6.2.2. A vedação assegura que a empresa habilitada tecnicamente execute diretamente todos os serviços, mantendo o controle de qualidade e a responsabilidade integral pela solução, evitando que a responsabilização seja diluída em caso de falha ou defeito, o que prejudicaria os interesses da Administração.

5.6.2.3. A execução direta pela contratada (intuitu personae) garante a manutenção das condições de habilitação técnica avaliadas no certame, sendo que a natureza crítica do sistema, que protege cargas essenciais à missão institucional, justifica plenamente a exigência de execução direta pela empresa qualificada.

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Regime e Local de Execução

6.1.1. O regime de execução será o de "Empreitada por Preço Global", o qual se fundamenta na previsibilidade do escopo completo da solução e na necessidade de atribuir à contratada a responsabilidade integral pela entrega de um sistema funcional e completo, desde o projeto até o comissionamento, conforme padrão de mercado para contratações "turn-key".

6.1.2. Os serviços serão executados no seguinte endereço: 202 Norte, Rua NE 13, Conjunto 02, Lote 04, Anexo I do MPTO - Palmas-TO.

6.2. Dos Procedimentos

6.2.1. Após a assinatura do contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contratada se obrigará a entregar os seguintes documentos:

6.2.1.1. ART de projeto e execução do contrato;

6.2.1.2. Outras licenças que se fizerem necessárias para o início dos serviços, devido a exigências de concessionárias ou órgãos públicos.

6.3. Prazo de Entrega e Condições Para Execução

6.3.1. O prazo de execução do objeto, contados do recebimento da Ordem de Serviço, será de 30 (trinta) dias corridos.

a) Os serviços estão previstos para serem executados nos horários normais de trabalho (turnos matutino e vespertino), porém para os serviços que possam resultar em restrições no acesso dos servidores ou interrupções no fornecimento de energia, os serviços poderão ocorrer com interrupções ou serem executados em horários diferenciados previamente acordados com a fiscalização e a Diretoria-Geral da PGJ-TO.

b) Todos os serviços realizados fora do horário de expediente ou em fins de semana e feriados deverão ser previamente solicitados ao fiscal técnico e autorizados pela Diretoria-Geral.

6.3.2. No caso dos serviços não serem concluídos no período firmado, o prazo de execução será prorrogado automaticamente.

6.3.3. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

I - O contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

II - A Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

6.3.4. A prorrogação do prazo de entrega poderá ser feita por meio de termo aditivo, eximindo a Contratada de responsabilidades, desde que apresente justificativa prévia, a ser submetida à autoridade competente para deliberação.

6.4. Qualidade e Correção Durante a Execução

6.4.1. A Contratada deverá ter disponibilidade de equipe técnica, instalações e equipamentos adequados, para o desenvolvimento dos serviços, durante toda a vigência do contrato.

6.4.2. O MPTO não concederá prazo extra para correção de serviços originados por falha da Contratada, cabendo à empresa efetuar as correções necessárias no prazo de execução contratado.

6.4.3. Serão considerados entregues dentro do prazo aqueles serviços que tiverem sido concluídos conforme parâmetros das especificações técnicas e normas vigentes, e não apenas a entrega de materiais no local.

6.4.4. Serão às expensas da contratada todas as condições e obrigações referentes aos encargos de frete e seguro, inerentes ao transporte, garantia e assistência técnica, bem como do pagamento de taxas, impostos, encargos e demais despesas, devidamente previstos na legislação aplicável.

6.4.5. Os produtos/materiais ou componentes que integram a execução do serviço deverão apresentar condições adequadas de embalagem, armazenamento e transporte, isentos de amassamento, avarias, vícios e quaisquer outros defeitos ou alterações que comprometam a sua integridade.

6.5. Entrega e Limpeza do Local

6.5.1. A contratada deverá executar os serviços em total conformidade com as exigências e especificações técnicas, quantidades previstas e demais condições estipuladas neste Termo de Referência e seus anexos, para que sejam consideradas em perfeitas condições de funcionamento e uso, livre e desembaraçado de qualquer ônus ou financiamento.

6.5.2. Na conclusão do objeto, a contratada, com a devida autorização da contratante, deverá:

- a) Remover do local todo o equipamento utilizado e o material excedente, entulhos e as construções provisórias de qualquer espécie;
- b) Entregar o local e as áreas contíguas em boas condições de limpeza e uso imediato, devendo o local estar livre de qualquer entulho e limpo;
- c) Recuperar todos os locais que, eventualmente, tenham sido degradados por conta da execução dos serviços.

6.6. Da Garantia e Entrega do Objeto/Serviço:

6.6.1. A contratada deverá dar garantia contratual mínima de 12 (doze) meses a partir da data de Recebimento Definitivo do objeto, em conformidade com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/90) e as normas técnicas aplicáveis.

6.6.2. A garantia será prestada com vistas a manter os serviços executados em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para a contratante.

6.6.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva, compreendendo a substituição do material aplicado, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

6.6.4. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos utilizados na execução.

6.6.5. A contratada deverá garantir a qualidade dos serviços, comprometendo-se a corrigir ou substituir, caso algum material ou serviço não atenda ao padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de instalação e/ou montagem.

6.6.6. Na correção ou substituição de materiais ou serviços defeituosos, a reposição será por outro com especificações técnicas iguais ou superiores, com aprovação prévia da contratante, sem custo adicional para a mesma.

6.6.7. Durante o período de garantia, a contratada deve atender aos chamados da Administração para reparos ou correções em até 02 (dois) dias corridos após a notificação oficial. O custo referente ao transporte e logística será de responsabilidade da contratada.

6.6.8. O prazo de 02 (dois) dias poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da contratada, aceita pela contratante.

6.6.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação da contratante ou a apresentação de justificativas, fica a contratante autorizada a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição, bem como a exigir da contratada o reembolso pelos custos respectivos.

6.6.10. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

7. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1. Obrigações da Contratada

7.1.1. A contratada se obrigará, por força deste instrumento, a executar o objeto deste Termo de Referência de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, do Conselho

Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e outras, necessárias e pertinentes ao ramo, permitindo uma correta execução dos serviços, no que se refere à parte técnica e administrativa, para garantir a conformidade com as normas técnicas e legais dos órgãos competentes;

7.1.2. A contratada deverá operar como uma organização completa e independente, fornecendo todos os instrumentos, ferramentas, materiais, componentes e equipamentos, especialmente daqueles descritos nas especificações técnicas, sem nenhum ônus adicional à Procuradoria Geral de Justiça do Tocantins;

7.1.3. Indicar um Responsável Técnico, que será o representante da contratada junto ao Departamento de Obras e Manutenção Predial (DEOMP) e aos Fiscais e Gestores do Contrato, para tratar de todos os assuntos técnicos pertinentes ao presente contrato, inclusive para participar de reuniões e outros eventos demandados pela PGJ-TO no âmbito de suas dependências ou fora dela, e que responderá formalmente em todas as tratativas técnicas entre as partes, bem como nos atos e demais providências de incumbência da contratada junto a Órgãos Públicos, Conselhos de Classe e Concessionárias;

7.1.4. O Responsável Técnico deverá ser indicado pela contratada no ato da assinatura do contrato. O não cumprimento deste item poderá incorrer em infração administrativa;

7.1.5. Executar diretamente os serviços contratados, não sendo admitida a transferência de responsabilidades para terceiros ou subcontratações;

7.1.6. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento dos serviços contratados, utilizando-se de profissionais treinados e devidamente habilitados;

7.1.7. As despesas decorrentes do transporte de pessoal administrativo e técnico, bem como de operários contratados pela contratada, serão de responsabilidade da mesma;

7.1.8. O transporte de materiais e equipamentos referentes à execução dos serviços será de responsabilidade da contratada;

7.1.9. As despesas decorrentes de estadias e alimentação de pessoal no local de realização dos serviços serão de responsabilidade da contratada;

7.1.10. As despesas referentes a cópias de documentos e projetos correrão por conta da contratada, não só para a licitação e assinatura do contrato, como também para execução dos serviços;

7.1.11. A contratada deverá atender às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, no que diz respeito à segurança e saúde no trabalho;

7.1.12. Fornecer e instalar os Equipamentos de Proteção Coletiva que se fizerem necessários no decorrer das diversas etapas dos serviços, de acordo com o previsto na NR-18 da Portaria n. 3214 do Ministério do Trabalho;

7.1.13. Fornecer aos funcionários todos os equipamentos de proteção individual exigidos pela NR 6 – Equipamentos de Proteção Individual (EPI), tais como: capacetes e óculos especiais de segurança, protetores faciais, luvas e mangas de proteção, botas e cintos de segurança, de conformidade com a natureza dos serviços em execução;

7.1.14. Observar, adotar, cumprir e fazer cumprir todas as normas de segurança e prevenção de acidentes na execução dos serviços;

7.1.15. Acatar todas as normas das legislações Federal, Estadual e Municipal que sejam relacionadas com a execução do objeto contratual;

7.1.16. Fornecer todas as ferramentas, equipamentos e materiais necessários à execução dos serviços;

7.1.17. Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de execução dos serviços, bem como por aqueles provocados em virtude dos serviços executados e equipamentos empregados;

7.1.18. Reforçar a sua equipe de técnicos, se for constatada insuficiência da mesma, para permitir a execução dos serviços dentro do prazo previsto;

7.1.19. Ao final da execução dos serviços, proceder com a remoção do material desnecessário e indesejável, promovendo a destinação ambiental adequada dos resíduos provenientes dos serviços contratados;

7.1.20. Comunicar ao DEOMP e aos Fiscais do Contrato, da maneira mais detalhada possível, por escrito, todo tipo de acidente que ocorrer durante a execução dos serviços;

7.1.21. Executar os ajustes nos serviços concluídos ou em execução determinados pelos Fiscais do Contrato;

7.1.22. Retirar em até 5 (cinco) dias após o recebimento provisório dos serviços, todo pessoal, máquinas, equipamentos, materiais, e instalações provisórias do local dos trabalhos, deixando todas as áreas do canteiro de serviço limpas e livres de entulhos e detritos de qualquer natureza;

7.1.23. Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicial do contrato, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

7.1.24. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização, no tocante ao serviço contratado, assim como ao cumprimento das obrigações assumidas;

7.1.25. Prover de todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do serviço, inclusive, considerando os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

7.1.26. Comunicar imediatamente ao contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgados necessários para recebimento de correspondência;

7.1.27. Indenizar terceiros e/ou ao contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

7.1.28. Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstas na legislação social e trabalhista em vigor, devendo ser saldados na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a contratante;

7.1.29. Manter durante a execução do contrato as condições de habilitação exigidas na licitação;

7.1.30. Atender as demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei n. 14.133/2021 e suas alterações;

7.1.31. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor;

7.1.32. Cumprir integralmente as disposições do Ato PGJ n. 042/2025, que regulamenta o acesso, circulação e permanência de pessoas nas dependências do MPTO, especialmente quanto à identificação e credenciamento dos prestadores de serviços;

7.1.33. Fornecer e manter crachás de identificação para todos os seus prestadores de serviços, conforme padrão estabelecido pela empresa, contendo no mínimo: nome completo, foto, função e identificação da empresa contratada;

7.1.34. Orientar e treinar seus prestadores de serviços quanto às normas de segurança, conduta e procedimentos de acesso às dependências do MPTO;

7.1.35. Manter cadastro atualizado de todos os prestadores de serviços que atuarão na execução do contrato, disponibilizando-o à fiscalização sempre que solicitado.

7.2. Obrigações da Contratante (PGJ-TO)

7.2.1. Apresentar, na forma da legislação em vigor, os documentos e informações necessárias à execução dos serviços objeto da contratação;

7.2.2. Permitir visita prévia dos técnicos e/ou engenheiros da empresa a ser contratada, aos locais onde serão executados os serviços, para tomar conhecimento de todas as características do mesmo;

7.2.3. Designar servidor para acompanhar e fiscalizar o contrato, conforme previsto na legislação de regência, e ato interno específico;

7.2.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos profissionais da contratada;

7.2.5. Efetuar os pagamentos à contratada, devido pela execução dos serviços, após o "atesto"

da fiscalização do contrato, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais;

7.2.6. Atestar a execução da prestação dos serviços e receber as faturas correspondentes, quando apresentadas na forma estabelecida nesta contratação;

7.2.7. Efetuar inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços e o atendimento das exigências contratuais;

7.2.8. Exercer a Fiscalização e a Supervisão dos serviços prestados, por servidores previamente designados, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas no contrato e determinadas pelos anexos do Termo de Referência, tudo com a devida justificativa;

7.2.9. Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado e estipular o prazo para a sua retirada;

7.2.10. Dirimir as divergências de desenhos (projetos) e especificações porventura existentes, bem como aprovar previamente, orçamento para substituição ou inclusão de materiais e serviços;

7.2.11. Comunicar oficialmente à contratada quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato;

7.2.12. Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos nas especificações técnicas e nas atribuições, solicitando à contratada as substituições e os treinamentos que se verificarem necessários;

7.2.13. Aplicar as sanções administrativas, quando necessárias, observado o direito ao contraditório e a ampla defesa e devido processo legal;

7.2.14. Fornecer orientações sobre os procedimentos de acesso, circulação e permanência nas dependências do MPTO, em conformidade com o Ato PGJ n. 042/2025;

7.2.15. Viabilizar o credenciamento dos prestadores de serviços da contratada junto aos setores competentes.

8. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas previstas na Lei n.º 14.133/2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. A gestão e fiscalização do contrato será exercida, no que couber, pelas regras gerais estabelecidas no Capítulo VI (Da execução dos Contratos) da Lei n. 14.133/2021 e nos termos do Ato PGJ n. 018/2023, publicada no DOMP n. 1658, de 30/03/2023.

8.3. As comunicações entre a contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelo respectivo substituto, e será exercida por servidor designado por ato da contratante, a quem incumbirá acompanhar a execução dos serviços contratados, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas na avença, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conforme ato interno específico.

8.5. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.6. A contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.7. Incumbirá ao fiscal do contrato as seguintes atribuições:

8.7.1. Emitir, ao final da contratação, relatório de acompanhamento dos serviços prestados, que conterá, no mínimo, informação acerca do desempenho da contratada (satisfatório/insatisfatório);

8.7.2. Ao fiscal técnico caberá anotar todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para caracterização e regularização das falhas ou infrações contratuais

eventualmente ocorridas, notificando a contratada das providências necessárias;

8.7.3. Ao fiscal técnico também caberá, uma vez identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, emitir notificações à contratada estabelecendo prazo para adoção das providências necessárias, visando a correção da execução dos serviços;

8.7.4. Ao fiscal administrativo caberá, quando julgar adequado e satisfatório os serviços prestados, atestar a(s) Nota(s) Fiscal(is) e vistar outros documentos porventura necessários para fins de liquidação da despesa e solicitação de pagamento;

8.8. Ao gestor do contrato compete verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, em especial, a comprovação da regularidade fiscal, da seguridade social e trabalhista, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

8.9. Ao fiscal administrativo incumbirá, caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, atuar tempestivamente na solução do problema, reportando à autoridade competente para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a suas competências;

8.10. Verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual e informar ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor;

8.11. A Fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a contratada, inclusive rejeitando serviços que estiverem em desacordo com o contrato, com as Normas Técnicas estabelecidas para o objeto/serviço e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a contratada a assegurar e facilitar o acesso da fiscalização, aos serviços, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de seu encargo;

8.12. Das decisões da fiscalização, poderá a contratada recorrer à contratante, responsável pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação;

8.13. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da contratante ou de seus agentes e prepostos.

9. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. A contratada poderá ser responsabilizada administrativamente pelas infrações previstas no art. 155, da Lei n. 14.133/2021 e no artigo 3º, do Ato PGJ n. 06/2025, de 5 de fevereiro de 2025, o qual dispõe sobre o processo administrativo sancionador e a aplicação de sanções administrativas aos licitantes e contratados no âmbito do Ministério Público do Estado do Tocantins, ficando sujeita à aplicação das seguintes sanções, nos termos do artigo 4º, do Ato PGJ n. 06/2025:

9.1.1. Advertência;

9.1.2. Multa;

9.1.3. Impedimento de licitar e contratar;

9.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.2. A aplicação das sanções previstas no item 9.1, ocorrerá sem prejuízo de responsabilização civil, criminal ou outra prevista em lei específica.

9.3. A aplicação das sanções previstas no item 9.1, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à administração pública.

9.4. A apuração de infrações cometidas por licitante ou contratado e a aplicação das respectivas penalidades, será realizada mediante a prévia e regular instauração de Processo Administrativo Sancionador (Prads), no qual serão assegurados ao infrator o exercício dos princípios do contraditório e da ampla defesa, em conformidade com as normas contidas nos arts. 156 a 163 da Lei n. 14.133/2021, bem como o disposto no artigo 34 e seguintes do Ato PGJ n. 06/2025.

9.5. Nas hipóteses de cometimento de qualquer infração administrativa, poderão ser aplicadas

ao infrator, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

9.5.1. Advertência, por faltas de pequena relevância, consideradas estas o descumprimento de obrigações ou deveres que não impactem objetivamente a execução do contrato e não causem prejuízos ao MPTO (art. 156, I c/c § 2º, da Lei n. 14.133/2021 e art. 5º, § 1º do Ato PGJ n. 06/2025).

9.5.1.1. A aplicação da advertência será cabível somente para contratos vigentes ou contratos com garantia do objeto ainda em execução (art. 5º, § 2º do Ato PGJ n. 06/2025).

9.5.2. A multa compensatória, de natureza indenizatória, poderá ocasionar a extinção do contrato e será aplicada em caso de inexecução parcial no valor de 20% (vinte por cento) sobre a parcela inadimplida (art. 155, I e II, Lei 14.133/2021 e art. 13, I, do Ato PGJ n. 06/2025);

9.5.2.1. Para a contratação de prestação de serviço, consideram-se (art. 15, I, alíneas "a" e "b" do Ato PGJ n. 06/2025):

I - inexecução parcial: a) O atraso superior a 3 (três) dias para início da execução contratual; ou b) A interrupção dos serviços definidos no contrato por 4 (quatro) dias seguidos ou 15 (quinze) dias intercalados no período de 12 (doze) meses.

9.5.3. A multa compensatória, de natureza indenizatória, poderá ocasionar a extinção do contrato e será aplicada em caso de inexecução total no valor de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato (art. 155, III, Lei 14.133/2021 e art. 13, II, do Ato PGJ n. 06/2025);

9.5.3.1. Para os contratos de prestação de serviço, consideram-se:

II - inexecução total: a) Deixar de iniciar, sem causa justificada, o cumprimento das obrigações no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data estipulada para início da execução contratual; ou b) Deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 7 (sete) dias seguidos ou por 20 (vinte) dias intercalados no período de 12 (doze) meses.

9.5.4. A definição do percentual definido nos itens 9.5.2 e 9.5.3, considerou a especificidade do objeto, bem como o impacto negativo que o atraso na execução do objeto causará ao funcionamento do MPTO (art. 13, parágrafo único, c/c 28 do Ato PGJ n. 06/2025).

9.5.5. Multa moratória em razão do atraso na execução ou na entrega do objeto contratado sem motivo justificado; considera-se atraso justificado aquele decorrente de fato superveniente que impeça a execução ou a entrega do objeto no prazo estabelecido, comprovado por meio de documentos (art. 155, VII, Lei 14.133/2021 e art. 10, parágrafo único, do Ato PGJ n. 06/2025).

9.5.5.1. A multa moratória será de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado, limitada a 10% (dez por cento), e calculada sobre o valor da parcela inadimplida, em caso de inexecução parcial, quando ensejar o atraso na execução do objeto contratado sem motivo justificado (art. 155, VII da Lei 14.133/2021 e art. 11 do Ato PGJ n. 06/2025).

9.5.5.2. A aplicação da multa moratória não impedirá a conversão em compensatória e a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no Ato PGJ n. 06/2025.

9.5.6. O cometimento de infrações durante o certame licitatório poderá ensejar a aplicação de multa nos seguintes percentuais (art. 18 e seguintes do Ato PGJ n. 06/2025):

I - De 2,5% (dois vírgula cinco por cento) a 5% (cinco por cento) pelas condutas de: a) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame; b) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

II - De 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) pelas condutas de: a) Não celebrar o contrato; ou b) Não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de proposta comercial;

III - De 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) pelas condutas de: a) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação; b) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento durante o certame; c) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; d) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

9.6. Impedimento de licitar e contratar com o estado do Tocantins será aplicado pelo prazo máximo de 3 (três) anos àquele que cometer infração administrativa, quando não se justificar a imposição de sanção mais grave (art. 23 e seguintes do Ato PGJ n. 06/2025).

9.6.1. O impedimento de licitar e contratar com o estado do Tocantins será aplicado quando o licitante ou contratado:

I - Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao MPTO, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, pelo prazo de até 3 (três) anos (art. 24, I do Ato PGJ n. 06/2025);

II - Der causa à inexecução total do contrato, pelo prazo de até 2 (dois) anos (art. 24, II do Ato PGJ n. 06/2025);

III - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, pelo prazo de até 3 (três) meses (art. 24, III do Ato PGJ n. 06/2025);

IV - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, pelo prazo de até 6 (seis) meses (art. 24, IV do Ato PGJ n. 06/2025);

V - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, pelo prazo de até 1 (um) ano (art. 24, V do Ato PGJ n. 06/2025);

VI - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, pelo prazo de até 6 (seis) meses (art. 24, VI do Ato PGJ n. 06/2025).

9.7. Declaração de inidoneidade, que terá prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos, qualifica negativamente o licitante ou contratado e os impede de licitar ou de contratar com qualquer órgão ou entidade da administração pública, direta ou indireta, de todos os entes federativos (art. 25, do Ato PGJ n. 06/2025).

9.7.1. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada quando o licitante ou contratado (art. 26, do Ato PGJ n. 06/2025):

I - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, pelo prazo de até 4 (quatro) anos (art. 26, I do Ato PGJ n. 06/2025);

II - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato, pelo prazo de até 5 (cinco) anos (art. 26, II do Ato PGJ n. 06/2025);

III - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, pelo prazo de até 5 (cinco) anos (art. 26, III do Ato PGJ n. 06/2025);

IV - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação pelo prazo de até 5 (cinco) anos (art. 26, IV do Ato PGJ n. 06/2025);

V - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n. 12.846, de 1º de agosto de 2013, pelo prazo de até 6 (seis) anos (art. 26, V do Ato PGJ n. 06/2025).

9.8. Quando aplicadas as multas aqui previstas, mediante regular Processo Administrativo Sancionatório, o pagamento dos valores devidos será realizado e processado mediante a observância das regras estipuladas na Subseção V, do Ato PGJ n. 06/2025).

9.9. As sanções descritas nos itens 9.1.1. (Advertência), 9.1.3. (impedimento de licitar e contratar) e 9.1.4. (Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no item 9.1.2. (multa), sendo que a aplicação de uma não exclui a de outra, nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal n. 14.133/2021, nos termos do disposto no art. 4º, §2º, do Ato PGJ n. 06/2025.

9.10. Para a aplicação das sanções administrativas será observado o rito de instrução processual disposto no Capítulo III (Dosimetria), art. 28 a 33 do Ato PGJ n. 06/2025, além dos princípios do contraditório e da ampla defesa, da razoabilidade e da proporcionalidade.

10. DOS CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DO SERVIÇO

10.1. Recebimento Provisório

10.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no ato da conclusão da execução total do objeto e da entrega da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ao fiscal do contrato.

10.1.2. O recebimento provisório, formalizado mediante a lavratura de Termo Detalhado de Recebimento Provisório (TRP), nos termos do art. 140, I, 'a' da Lei n. 14.133/2021 e art. 22, I a do Ato PGJ n. 018/2023, tem por objetivo a verificação preliminar da conformidade do serviço executado com as especificações constantes no Edital de Licitações e seus anexos.

10.1.3. Para emissão do Termo de Recebimento Provisório não deverá haver mais atividades pendentes, incluindo a desmobilização e a limpeza do local.

10.1.4. Eventuais não conformidades ou lista de pendências serão descritas no TRP e deverão ser sanadas pela Contratada no prazo fixado pela Administração, sob pena de aplicação de penalidades.

10.1.5. A contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo ao fiscal não liberar o pagamento até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no termo de recebimento provisório, observado o disposto no art. 119 da Lei n. 14.133/2021.

10.1.6. Concluídos os trabalhos de execução dos serviços relativos às pendências listadas no TRP, a contratada deverá, dentro do prazo fixado no TRP, comunicar por escrito a finalização das tarefas à contratante solicitando a realização de nova vistoria.

10.1.7. Constatada na nova vistoria:

a) Que as pendências apontadas pela fiscalização não foram sanadas ou novas pendências, caracterizar-se-á atraso da obrigação a partir da data concedida para a solução das pendências;

b) A conclusão regular de todos os serviços listados nas pendências e nenhuma outra, a fiscalização comunicará à contratada, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, para que tome as providências necessárias ao recebimento definitivo.

10.2. Recebimento Definitivo

10.2.1. O objeto contratual somente será considerado concluído e em condições de ser recebido, após cumpridas todas as obrigações assumidas pela contratada e atestada sua conclusão, mediante a lavratura do respectivo Termo de Recebimento Definitivo (TRD) emitido pelo fiscal do contrato.

10.2.2. O Termo de Recebimento Definitivo (TRD) será expedido no prazo de até 15 (quinze) dias após o Recebimento Provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços executados e a vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

10.2.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

10.2.4. O recebimento definitivo, não exclui a responsabilidade técnica, civil e legal da contratada pela solidez e segurança dos serviços e dos materiais empregados, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, conforme art. 618 do Código Civil e art. 140, §6º da Lei n. 14.133/2021.

10.2.5. Nos termos do disposto no art. 140, §6º da Lei n. 14.133/2021, o recebimento definitivo do objeto contratual pela Administração não eximirá a contratada, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, a contratada ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

11. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

11.1. Forma e Prazo de Pagamento

11.1.1. O pagamento será realizado em parcela única, após a conclusão total dos serviços, o ateste da fiscalização e o recebimento definitivo do objeto.

11.1.2. A Contratada deverá comunicar, por escrito, a finalização dos serviços ao fiscal do contrato, que procederá à vistoria para verificação da conformidade com as especificações técnicas.

11.1.3. O prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação e pagamento correrá a partir da

lavatura do Termo de Recebimento Definitivo (TRD), prorrogáveis por igual período, nos termos de ato interno específico.

11.1.4. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária, ou outro índice que venha a substituí-lo.

11.2. Liquidação

11.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente (após a conclusão total do objeto), será verificada a conformidade na execução dos serviços prestados com o Termo de Referência e seus anexos.

11.2.2. Após a verificação da conformidade, será lavrado o Termo de Recebimento Provisório (TRP). Superada essa fase e cumpridos os requisitos do Tópico 10, será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo (TRD), a partir do qual correrá o prazo para fins de liquidação.

11.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) O prazo de validade; b) A data da emissão; c) Os dados do contrato e do órgão contratante; d) O valor a pagar; e) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

11.2.5. O pagamento ficará condicionado à verificação da situação da regularidade fiscal da contratada perante o SIAFE-TO, o Sistema de Seguridade Social (INSS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

11.2.6. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária em favor da contratada, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela credora.

11.2.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.2.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.2.9. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1. Da modalidade e do tipo de licitação:

12.1.1. A seleção do fornecedor ocorrerá por meio de licitação na modalidade Pregão, a ser realizada em formato eletrônico, em conformidade com as diretrizes do artigo 6º, inciso XLI, e art. 29 da Lei 14.133/2021.

12.1.2. O critério de julgamento adotado deverá ser o de menor preço, com amparo nos artigos 29 e 34 da mesma lei.

12.1.3. Adicionalmente, a execução contratual se dará pelo regime de empreitada por preço global, conforme estabelecido no artigo 46, inciso III, do referido diploma legal.

12.2. Habilitação Jurídica, Fiscal, Social e Trabalhistas

12.2.1. Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo território nacional, para pessoas físicas.

12.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de

eleição de seus administradores e, em se tratando de sociedades civis, inscrição do ato constitutivo acompanhada de prova da diretoria em exercício.

12.2.3. Procuração por instrumento público, lavrada em cartório, ou por instrumento particular, com firma reconhecida, em original ou cópia autenticada, comprovando a delegação de poderes para assinatura e rubrica dos documentos integrantes da documentação de habilitação, quando estes não forem assinados por representantes constantes do ato constitutivo.

12.2.4. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.2.5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

12.2.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

12.2.7. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.2.8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

12.2.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.

12.2.10. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estadual ou municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.3. Qualificação Econômico-Financeira:

12.3.1. Justificativa para não exigência de qualificação econômico-financeira

12.3.1.1. Considerando o baixo valor do contrato, a ausência de riscos financeiros substanciais, a simplicidade operacional da execução e a necessidade de promover ampla competitividade, justifica-se plenamente a dispensa da exigência de qualificação econômica e financeira no presente certame, em conformidade com os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e economicidade previstos na Lei n.º 14.133/2021.

12.3.1.2. A capacidade de adimplemento será adequadamente verificada mediante a exigência de qualificação técnica, regularidade fiscal e demais documentos de habilitação jurídica, sendo suficientes para garantir a boa execução do contrato sem restringir desnecessariamente a competição.

12.4. Qualificação Técnica:

12.4.1. Qualificação Técnico-Profissional:

12.4.1.1. Quanto à Capacitação Técnico-Profissional: A licitante deverá comprovar que possui em seu corpo técnico, na data de abertura das propostas, profissional(is) de nível superior, (engenheiro eletricista), devidamente registrado(s) no CREA, detentor de atestado(s) de capacidade técnica registrado(s) no Conselho competente e acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), que comprove(m) a execução de serviços semelhantes aos serviços a serem contratados.

12.4.1.2. A comprovação da capacidade técnico-profissional do(s) engenheiro(s) indicado(s) será realizada mediante a apresentação de atestados que demonstrem a execução de contratos, sob a responsabilidade do profissional, com as seguintes características mínimas:

I) Execução de projeto, montagem e/ou instalação de Quadro de Transferência Automática (QTA) para grupo gerador com potência igual ou superior a 60 kVA;

12.4.1.3. Será admitido, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

12.4.1.4. A comprovação de vínculo profissional poderá se dar com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste o licitante como contratante, do contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio, do contrato de trabalho ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do

profissional.

12.4.1.5. No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional, como comprovação de qualificação técnica, ambos serão inabilitados.

12.4.1.6. O nome do responsável técnico indicado deverá constar das certidões de acervo técnico apresentadas para qualificação técnica do licitante.

12.4.1.7. Justificativa para a exigência da qualificação técnica-profissional

12.4.1.7.1. Considerando a criticidade do sistema e a necessidade de garantir a segurança quanto à execução dos serviços, é essencial a exigência de qualificação do responsável técnico pelos serviços de retrofit do QTA.

12.4.1.7.2. Para a supervisão, coordenação e administração de cada etapa dos serviços que irão ser desenvolvidos no decorrer da execução do retrofit, é imprescindível que o profissional que esteja responsável por esses serviços tenha o pleno conhecimento técnico e, principalmente, experiência de desenvolvimento das atividades para garantir a qualidade, eficiência e segurança, assegurando o bom emprego do erário sem desperdício ou prejuízos à Administração Pública.

12.4.1.7.3. Um profissional com experiência terá capacidade para resolver problemas em tempo hábil, contornar questões de logística, especificação adequada de componentes, programação correta do controlador e integração com o sistema existente, reduzindo os riscos e os custos no cumprimento do contrato.

12.4.1.7.4. A exigência de experiência específica em QTA para grupos geradores justifica-se pela natureza crítica da aplicação, onde falhas podem resultar em perda de dados institucionais e comprometimento de investigações em andamento.

12.4.2. Qualificação Técnico-operacional

12.4.2.1. Para fins de comprovação da qualificação técnica-operacional, as licitantes deverão apresentar:

a) Registro ou inscrição na entidade profissional competente e a Certidão de Registro Profissional do responsável técnico indicado, ambos expedidos pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) dentro de seu prazo de validade, sendo essencial que tal registro tenha sua legitimidade confirmada.

b) Atestado(s) de Capacidade Técnico-Operacional, que comprove(m) que a licitante tenha executado, para órgão ou entidade da administração pública ou para empresa privada, serviços de características técnicas similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação.

12.4.2.2. Como requisito de veracidade dos atestados, os mesmos deverão estar acompanhados dos seguintes documentos: CAT com Registro do Atestado, ou Atestado de Capacidade Técnica acompanhado de Contrato de Prestação de Serviço e ART/RRT do profissional técnico responsável pelo referido serviço contratado.

12.4.2.3. Os atestados de capacidade técnico-operacional deverão demonstrar experiência na execução de contratos com as seguintes características mínimas:

I) Execução de projeto, montagem e/ou instalação de Quadro de Transferência Automática (QTA) para grupo gerador com potência igual ou superior a 60 kVA;

12.4.2.4. Será admitido, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

12.4.2.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor e deverá conter a identificação da emitente e estar assinado por pessoa devidamente identificada, hábil a responder em nome da emitente.

12.4.2.6. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

12.4.2.7. Justificativa para a exigência da qualificação técnica-operacional

12.4.2.7.1. A exigência de atestado de capacidade técnico-operacional justifica-se pela complexidade e criticidade do serviço a ser executado. O retrofit de um QTA não é uma simples substituição de componentes, mas sim uma intervenção que exige conhecimento, especialização em sistemas de emergência, proteção elétrica, automação e normas de segurança.

12.4.2.7.2. A comprovação de experiência anterior em serviços similares garante que a empresa licitante possui:

12.4.2.7.2.1. Conhecimento prático das peculiaridades de sistemas de transferência automática;

12.4.2.7.2.2. Capacidade de integração entre componentes de diferentes tecnologias;

12.4.2.7.2.3. Experiência em comissionamento e testes de aceitação;

12.4.2.7.2.4. Familiaridade com as normas técnicas aplicáveis (ABNT NBR e NR);

12.4.2.7.2.5. Capacidade de elaborar projetos executivos adequados;

12.4.2.7.2.6. Conhecimento sobre programação de controladores microprocessados;

12.4.2.7.2.7. Experiência em treinamento de equipes de operação e manutenção.

12.4.2.7.3 A definição do limite mínimo de 60 kVA assegura que a empresa tenha experiência com sistemas de porte compatível, sem restringir excessivamente a competitividade do certame, atendendo ao princípio da razoabilidade estabelecido no art. 67, §2º da Lei n. 14.133/2021.

12.5. Justificativa para não parcelamento da contratação

12.5.1. O parcelamento da solução é a regra, devendo a licitação ser realizada por item sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando a propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

12.5.2. A contratação em tela é destinada ao retrofit do QTA, com o fornecimento de controladora e todos os insumos e peças necessárias, além de componentes e acessórios, visto que se tratam de peças muito específicas, que impossibilita uma prévia programação, além da necessidade do pronto fornecimento em caso de reparo, não justificando a adoção de outros procedimentos licitatórios apenas para a aquisição das peças nessas situações.

12.5.3. Portanto, não é conveniente o parcelamento da contratação, considerando que a licitação contemplará o serviço de retrofit e o fornecimento de todos os insumos e peças necessárias. Assim, a contratação de uma única empresa visa garantir responsabilidade integral pela qualidade do produto, assegurando a manutenção correta do equipamento, com a aplicação de peças e componentes com procedência mantendo a disponibilidade de operação do equipamento de modo ininterrupto, principalmente por se tratar de equipamento para uso em situações excepcionais, como a falta de energia da concessionária.

12.5.4. A contratação do retrofit do QTA como um serviço único e indivisível enquadra-se perfeitamente nessas exceções, conforme as justificativas a seguir:

12.5.4.1. Indivisibilidade Técnica e Responsabilidade Unificada: O QTA não é uma mera soma de componentes, mas um sistema complexo cujo desempenho depende da perfeita integração e compatibilidade entre o controlador, os dispositivos de potência, os circuitos de comando e a lógica de programação. Um eventual parcelamento (ex: uma empresa fornece o controlador, outra os contadores, e uma terceira realiza a montagem) criaria um cenário de diluição de responsabilidade. Em caso de falha, seria extremamente difícil, senão impossível, para a Administração determinar a origem do problema, gerando um impasse técnico e contratual insolúvel. A contratação de um único fornecedor para a solução completa centraliza a responsabilidade técnica, garantindo que a empresa seja a única responsável pelo perfeito funcionamento do sistema.

12.5.4.2. Garantia Integral do Sistema: Ao contratar um serviço unificado, o MPTO obtém uma garantia global sobre a solução. Se um componente falhar dentro do período de garantia, a contratada é obrigada a diagnosticar e resolver o problema, seja ele de hardware, software ou instalação. No modelo parcelado, o fornecedor de um componente poderia alegar que a falha foi causada por erro de instalação ou incompatibilidade com outra peça, deixando a Administração desassistida.

12.5.4.3. Eficiência na Gestão e Fiscalização Contratual: A gestão de um único contrato de

serviço de engenharia é substancialmente mais eficiente para a equipe de fiscalização do MPTO, que possui quadro limitado. A alternativa, gerenciar múltiplos contratos de fornecimento de materiais e de prestação de serviços, aumentaria a carga administrativa e a complexidade da fiscalização, elevando o risco de falhas no acompanhamento do projeto.

12.5.4.4. Natureza do Objeto: O que se busca contratar não é a compra de itens de prateleira, mas a expertise e a capacidade técnica para entregar uma solução de engenharia funcional e confiável. O valor agregado está no conhecimento para projetar, integrar, programar e comissionar o sistema, caracterizando o objeto como um serviço técnico especializado e indivisível.

12.5.5. Ademais, o quadro de servidores do DEOMP para o acompanhamento e fiscalização é pequeno, e já está com diversas atribuições em contratações distintas, com várias complexidades, o que torna arriscado, isso do ponto de vista de gestão de contratos, e poderá comprometer todo planejamento, especialmente no que se refere ao orçamento. Bem como não se identifica melhor aproveitamento na sua fragmentação.

13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

13.1. A estimativa do custo para a execução dos serviços, objeto deste Termo de Referência, é de R\$ 10.123,33 (dez mil, cento e vinte e três Reais e trinta e três centavos), conforme detalhamento a seguir.

13.2. A estimativa foi construída a partir de pesquisa de preços junto a empresas de engenharia, obtendo-se os custos de mercado para os componentes-chave, tais como controladores microprocessados, contadores de potência, relés e sensores.

13.3. A estimativa final incorpora não apenas os custos diretos de materiais e mão de obra, mas também os Benefícios e Despesas Indiretas (BDI), que contemplam os custos indiretos da empresa (administrativos, impostos, entre outros) e a margem de lucro, assegurando assim uma previsão orçamentária realista e compatível com as condições de mercado.

13.4. Tal montante deverá ser confirmado e atualizado por meio de ampla pesquisa de mercado a ser executada pelo setor competente da Área de Compras (Arcom) do MPTO.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária Anual (2026), classificada na programação orçamentária a seguir:

Unidade Gestora: 070100 - Procuradoria-Geral de Justiça.

Ação: 03.091.1170.1082 - Adequações Físicas e Mobiliárias das Unidades do Ministério Público.

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros serviços de terceiros- Pessoa Jurídica

Fonte: 500 - Recursos Ordinários.

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. INFORMAÇÕES GERAIS AOS FORNECEDORES

15.1. Os interessados poderão contactar o Departamento de Obras e Manutenção Predial (DEOMP) do MPTO pelo telefone (63) 3216-8835, para dirimir dúvidas e prestar os esclarecimentos necessários quanto ao objeto, bem como demais informações pertinentes.

Palmas-TO, data certificada pelo sistema.

Frederico Ferreira Frota
Mat. 98610
Servidor Indicado pela Unidade Demandante

DE ACORDO:

Cristiane Carlin
Chefe do Departamento de Obras e Manutenção Predial

ANEXO I(DO TERMO DE REFERÊNCIA)

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

Empresa:

Nome da Empresa:

CNPJ:

Assinatura:

Nome do Representante Legal:

Documento de Identificação:

Dispensa a Vistoria e declara que:

[] Conhece as condições locais para execução do objeto; ou que

[] Tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do objeto, assumindo total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

Local _____, XX de XX de 20XX.

ANEXO II

MODELO DECLARAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 4º, XI, IN RFB n. 1.234

(somente para a empresa vencedora)

Ilmo. Sr. (autoridade a quem se dirige)

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ n..... DECLARA à (nome da entidade pagadora), para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da CSLL, da Cofins, e da contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei n. 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

b) apresenta anualmente Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal e à unidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei n. 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei n. 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data.....

Assinatura do Responsável

ANEXO III

MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

À PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

PREGÃO ELETRÔNICO n. ____/2026.

HORÁRIO: ____: ____ HORAS.

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ n. _____ e inscrição estadual n. _____, estabelecida no(a) _____, para atendimento do objeto destinado à **Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins**, em conformidade com o Edital de PREGÃO ELETRÔNICO n. ____/2026.

ITEM	DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DO OBJETO	UNID. MEDIDA	QTDE	PREÇO UNIT.	VALOR TOTAL
TOTAL GERAL					

1) A validade da presente proposta é de no mínimo **90 (noventa) dias corridos**.

Entregaremos os produtos conforme as exigências do **Anexo I**.

Informamos, por oportuno, que no preço estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o perfeito fornecimento do objeto, inclusive os encargos da legislação social trabalhista, previdenciária, englobando tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto licitado, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

Os dados da nossa empresa são:

a) Razão Social: _____

b) C.N.P.J. n.: _____ Insc. Estadual n.: _____

c) Endereço: _____

d) Fone/Fax: _____ E-mail: _____

e) Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____

f) Banco _____ Agência n.: _____ Conta n.: _____

Declaramos, para todos os fins, que a execução do serviço iniciar-se-á em ____ de ____ de 2023, de forma contínua e ininterrupta, de acordo com as especificações definidas nesta proposta e respeitando o estabelecido em Edital.

Palmas/TO, ____ de ____ de ____.

Assinatura e carimbo
(representante legal)

(localidade da sede), de de

ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO n. ____/____ CELEBRADO ENTRE A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA E A EMPRESA

A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, com sede na Quadra 202 Norte, Conj. 01, Lotes 5/6, Avenida LO-4, Plano Diretor Norte, em Palmas/TO, inscrita no CNPJ n. 01.786.078/0001-46, neste ato representada pelo Procurador-Geral de Justiça, _____, nomeado pelo Ato - _____ de ____ de _____ de _____, publicado no DOE n. _____ de ____ de _____ de _____, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa _____, inscrita no CNPJ n. _____, representada neste ato por _____, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o Processo Administrativo n. _____, e em observância à Lei n. 14.133/2021, à Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, do ato normativo 016/2023, e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. ____/____, mediante as disposições das cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é a **contratação de empresa especializada para realizar o serviço de engenharia de retrofit do Quadro de Transferência Automática (QTA) do grupo gerador de 80 kVA do Anexo I do Ministério Público do Estado do Tocantins**, conforme quantitativos e especificações descritos no Termo de Referência - Anexo I.

1.2. Especificação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DO OBJETO	UNID. MEDIDA	QTDE	PREÇO UNIT.	VALOR TOTAL
TOTAL GERAL					

1.3. Vinculam-se a esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência, o Edital da Licitação, a Proposta do Contratado e Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.5. O prazo de vigência da contratação será de 180 (cento) dias, contados do primeiro dia útil da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

2.5.1. A divulgação da contratação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos, deverá ocorrer em até 20 (vinte) dias úteis, contados da data de sua assinatura, conforme art. 94 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência, no todo ou em parte, do objeto ora licitado, sem expressa anuência da PGJ-TO.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor contratação é de R\$...... (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O prazo e os critérios de pagamento ao contratado, e demais condições a ele referentes, encontram-se definidos no Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do mapa de preço, em 27/02/2026.

7.2. Em caso de futuro reajustamento contratual, será adotado o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como índice de reajuste.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.6. Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES ([art. 92, X, XI e XIV](#))

8.1. Conforme disposto no Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA- GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII e XIII](#))

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

10.1. Conforme disposto no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

11.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.1.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.1.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata o subitem acima ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei n. 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3. Na hipótese acima, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

11.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.4.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

11.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n. 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I - Gestão/Unidade:

II - Fonte de Recursos:

III - Programa de Trabalho:

IV - Elemento de Despesa:

VI - Nota de Empenho:

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [n. 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei n. 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor](#) - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei n. 14.133, de 2021](#).

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei n. 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei n. 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, § 2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, § 3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- FORO ([art. 92, § 1º](#))

16.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Comarca de Palmas - TO, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei n. 14.133/21](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Azevedo Rocha, Pregoeiro**, em 06/05/2026, às 10:07, conforme art. 33, do Ato PGJ nº 120, de 06 de novembro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpto.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0509418** e o código CRC **0B04AE0D**.

19.30.1570.0000940/2025-84

Quadra 202 Norte, Av. LO 4, Conj. 1, Lotes 5 e 6, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-218, Palmas/TO.

Telefone: (63) 3216-7600